

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature that appears to be 'Maria Eduarda Vasques' and another signature below it with the letter 'A' written next to it.

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FUNDAÇÃO MARIA EDUARDA VASQUES DA CUNHA DE EÇA

ANO : 2019

1 - Identificação da entidade**1.1. Dados de identificação**

Designação da entidade: FUNDAÇÃO MARIA EDUARDA VASQUES DA CUNHA DE EÇA
 Sede social: Rua das Chagas, N.º4, Lisboa
 Atividade Principal: Atividades de apoio social sem alojamento, para pessoas idosas.
 Atividades Secundárias: Agricultura, Silvicultura e Arrendamento de Imóveis.
 Fundação Privada reconhecida como IPSS e como Instituição de Utilidade Pública.

A Fundação foi reconhecida como Fundação e IPSS entre os meses de Agosto e Setembro de 2015. O reconhecimento como Fundação foi emitido por Despacho do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares no dia 10 de Agosto de 2015, publicado na Segunda Série do Diário da República de 25 de Agosto de 2015. Como IPSS e Instituição de Utilidade Pública a Fundação foi registada no dia 25 de Setembro de 2015 pela inscrição n.º11/15, a fls 88 verso 89 e 89 verso do Livro n.º 7 das Fundações de Solidariedade Social, considerando-se efectuado em 10/8/2015 nos termos do n.º 3 do artigo 9.º do regulamento acima citado.

Desde a sua constituição em 2007 que a Fundação exerce fundamentalmente as actividades secundárias. Em 2017, no sentido de iniciar o desenvolvimento da sua actividade principal, a Fundação adquiriu um imóvel na Figueira da Foz (Casa das Pestanas) e beneficiou da doação de um outro imóvel (Quinta Nossa Senhora da Guia), também na Figueira da Foz, tendo iniciado a actividade social. No decurso de 2018 foram realizadas obras no imóvel Casa das Pestanas por forma a prepará-lo para o desenvolvimento da actividade social da Fundação. As obras ainda não estavam concluídas a 31/12/2019, prevendo-se a sua conclusão no decurso do 1.º semestre de 2020.

A Administração

2

O Contabilista Certificado

Carlos Augusto de Noronha Lopes
Presidente da Fundação de Eça

Madalena Antónia T. Pinto *José Filipe dos Santos Lucas*

[Handwritten signature]

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2019 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

Não existiram quaisquer derrogações às disposições do SNC-ESNL.

A Administração

3

O Contabilista Certificado

Dr. Carlos Augusto de Noronha Lopes
Dr. José Filipe dos Santos Lucas
 A favor da Administração
 José Filipe dos Santos Lucas

[Assinatura]

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**3.1. Principais políticas contabilísticas**

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Não há eventos materialmente relevantes após a data do balanço.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Não se verificaram transações em moeda estrangeira.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

Principais Rubricas AFT	Vidas úteis
Edifícios e Out.Construções	Entre 20 e 50 anos
Equipamento Básico	Entre 4 e 8 anos
Equipamento de Transporte	Entre 6 e 8 anos
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 6 anos
Outros Activos Tangíveis	Entre 3 e 8 anos

- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos, edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Trata-se de ativos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objeto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua atividade corrente.

O modelo de reconhecimento das propriedades de investimento é equivalente ao referido para os ativos fixos tangíveis.

Carlos Augusto de Vasconcelos Lopes
João Filipe dos Santos Lucas
José Filipe dos Santos Lucas

[Assinatura]

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Não havendo vida útil definida e a mesma não possa ser estimada com fiabilidade, e no cumprimento do normativo do SNC, a Fundação amortizou os seus Activos Intangíveis tendo por base o período de 10 anos de vida útil.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência significativa sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas pelas variações dos capitais próprios e pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das empresas detidas. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida, à data de aquisição, é considerado "Goodwil", sendo reconhecido no ativo. O "Goodwil" será amortizado pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado. Não sendo possível estimar a sua vida útil, a Fundação amortizará o "Goodwil" tendo por base o período de 10 anos de vida útil. Caso a diferença seja negativa ("Goodwill negativo"), é reconhecido na demonstração de resultados.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos do art 10º do Código do IRC (CIRC), estando cumpridos os requisitos do nº 3 do art 10º do CIRC. A entidade é sujeita a tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC aplicáveis às entidades que não exercem a título principal uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21,00% sobre os rendimentos empresariais derivados das actividades comerciais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários. Em 2019 não houve rendimentos fora do âmbito dos fins estatutários.

- Inventários

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

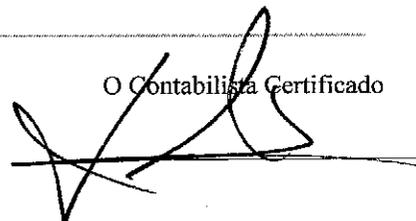
Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

A Administração

5

O Contabilista Certificado

Carlos Augusto de Noronha Lopes
João António da Costa do S.
Luís António do S.
José Filipe das Santos Lucas



- Clientes e créditos a receber

As contas de "Clientes" e "Créditos a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários com vencimento inferior a três meses para os quais os riscos de alteração de valor não são significativos. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor actual, que não difere do seu valor nominal.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor actual, ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela venda de produto acabado, e prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Os rendimentos da venda de produto acabado e dos serviços prestados são reconhecidos na data da venda ou da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Juros e rendimentos similares obtidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos Fundos Patrimoniais". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

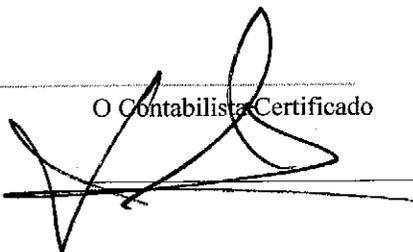
Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

A Administração

6

O Contabilista Certificado

Carlos Augusto de Noronha Lopes
Samuel Henrique Barão de Sá
Paulo António da Silva
José Filipe dos Santos Lucas



- Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem: i) uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Entidade divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

- Ativos e Passivos Contingentes

A Entidade não reconhece activos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os activos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente reflectidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o activo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

- Principais julgamentos e estimativas

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Entidade são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

- Ativos Biológicos

Os Ativos Biológicos à data do balanço são mensurados ao justo valor baseado no preço das transações previstas.

Os Ativos Biológicos são reclassificados para inventários no momento em que se encontram prontos para serem vendidos pelo respectivo justo valor nesse momento.

A Administração

Carlos Augusto de Noroia Lopes

Domènec Ferrer
António Maria de Sá *Carlos José Filipe dos Santos Lucas*

O Contabilista Certificado



4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Ano 2019

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	TOTAL
Valor bruto no início	5 842 767,96	796 842,23	744 258,71	52 618,18	7 567,41	9 261,39	40 253,81	7 493 569,69
Depreciações acumuladas	541,30	1 59 862,93	410 725,31	35 721,36	7 209,98	8 557,04	-	622 618,12
Saldo no início do período	5 842 226,66	636 979,30	333 533,40	16 896,82	357,43	704,35	40 253,81	6 578 951,57
Variações do período	312 663,50	464 849,44	27 668,94	2 500,00	204,21	324,13	56 709,36	803 545,02
Total de aumentos	313 005,50	630 125,06	7 410,00	-	-	-	56 709,36	1 007 249,92
Aquisições em primeira mão		22 438,88	7 410,00				56 709,36	86 558,24
Transferências p/ AFT de Prop de Investimento (V Ag)	313 005,50	607 686,18						920 691,68
Total diminuições	342,00	165 235,62	35 098,94	2 500,00	204,21	324,13		203 704,90
Depreciações do período	342,00	27 542,07	35 098,94	2 500,00	204,21	324,13		66 011,35
Transferências p/ AFT de Prop de Investimento (AA)		137 693,55						137 693,55
Saldo no fim do período	6 154 889,96	1 101 868,74	305 844,46	14 396,82	153,22	380,22	96 963,17	7 674 496,59
Valor bruto no fim do período	6 155 773,46	1 426 967,29	751 660,71	52 618,18	7 567,41	9 261,39	96 963,17	8 500 819,61
Depreciações acumuladas no fim do período	883,50	325 098,55	445 824,25	38 221,36	7 414,19	8 881,17	-	826 323,02

Durante o exercício de 2019 as aquisições de Ativos Fixos Tangíveis respeitam à aquisição bens de investimento indicados no quadro abaixo:

Obras na Casa das Pestanas (em Curso)	56 709,36 €
Obras Quinta da Coadá	21 238,88 €
Obras Qta St Varão - U14 (não concluído em 2019)	1 200,00 €
Instalações de rega Quinta de S.Bento	7 410,00 €
Total Aquisições AFT	86 558,24 €

Das aquisições mencionadas acima somos a mencionar:

- as Obras realizadas na Casa das Pestanas (Actividade Social) não estavam concluídas a 31/12/2019 prevendo-se a sua conclusão no primeiro semestre de 2020
- foram realizados investimentos na Quinta de S.Bento, nomeadamente em Instalações de rega no valor de 7.410,00 €
- foram concluídas as obras realizadas na Quinta da Coadá cujo investimento total foi de 42.152,31 €; relembramos que em 2018 já tinha sido realizado parte do investimento no valor de 20.913,43 €
- em 2019 realizou-se a primeira despesa com projecto de arquitectura do Edifício de Santo Varão (U14) no valor de 1.200,00 €; este investimento por não concluído não foi depreciado.

Foram ainda efectuadas reclassificações de Propriedades de Investimento para Ativos Fixos Tangíveis (AFT) de terrenos e Edifícios utilizados no âmbito da actividade agrícola. Estas transferências totalizaram em termos líquidos um montante de 782.998,13 €.

Actualmente sobre o AFT Casa das Pestanas recai uma hipoteca a favor do BPI no valor de 134.000,00 € como garantia ao empréstimo contraído no valor de 100.000,00 €.

A Administração

8

O Contabilista Certificado

Charles Augusto de Noroelha Lopes
João Henriques Soares de Sá

Margarida Paulo Hipólito T. Couto José Filipe das Santos Lucas

[Assinatura]

Quadro comparativo (2018):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	TOTAL
Valor bruto no início	5 815 293,64	760 817,86	612 835,80	56 911,98	7 567,41	9 261,39	20 105,09	7 282 793,17
Depreciações acumuladas	199,30	147 742,02	378 685,35	37 190,94	6 886,84	8 232,91	-	579 137,56
Saldo no início do período	5 815 094,14	613 075,84	233 950,45	19 721,04	680,57	1 028,48	20 105,09	6 703 655,61
Variações do período	27 132,32	23 903,96	99 582,95	2 824,22	323,14	324,13	20 148,72	167 295,96
Total de aumentos	3 589,23	36 024,37	131 422,91	3 969,58	-	-	40 253,81	215 259,90
Aquisições em primeira mão		36 024,37	131 422,91				40 253,81	207 701,09
Alienações no período (VaAa)				3 969,58				3 969,58
Aumentos por doação	3 589,23							3 589,23
Total diminuições	342,00	12 120,91	31 839,96	6 793,80	323,14	324,13		51 743,94
Alienações no período (VaAq)				4 293,80				4 293,80
Depreciações do período	342,00	12 120,91	31 839,96	2 500,00	323,14	324,13		47 450,14
Transferências p/ AFT de Prop de Investimento	3 780,00							3 780,00
Outras transferências	20 105,09	-					- 20 105,09	-
Saldo no fim do período	5 842 226,46	636 979,30	333 533,40	16 896,82	357,43	704,35	40 253,81	6 870 951,57
Valor bruto no fim do período	5 842 767,96	796 842,23	744 258,71	52 618,18	7 567,41	9 261,39	40 253,81	7 493 569,69
Depreciações acumuladas no fim do período	541,50	159 862,93	410 725,31	35 721,36	7 209,98	8 557,04	-	622 618,12

Para melhor compreensão das depreciações efectuadas, elaborámos o quadro abaixo com a separação do valor dos Edifícios nas suas componentes Edifício e Terreno.

	Valor de Aquisição	Deprec Acumuladas a 31/12/2018	Transf de PI p/ AFT (Val.Aq.)	Transf de PI p/ AFT (Val. AA)	Depreciações 2019	Deprec Acumuladas a 31/12/2019	Valor Líquido a 31/12/2019
Activos Fixos Tangíveis (Terrenos e Edifícios)	6 662 049,07	160 404,44	920 641,68	131 693,68	27 884,07	325 982,06	7 256 758,69
Terrenos e recursos naturais	5 842 767,96	541,50	313 005,50	-	342,00	883,50	6 154 889,96
Edifícios e outras construções	819 281,11	159 862,94	607 636,18	131 693,68	27 542,07	325 098,56	1 101 868,73
Quota Parte relativa a Edifícios	600 319,97	49 114,35	396 067,50	95 056,20	15 779,55	159 950,10	836 437,37
Quota Parte relativa a Terrenos	23 000,00	-	132 022,50	-	-	-	155 022,50
Obras em Edifícios	195 961,14	110 748,59	79 896,18	42 637,35	11 762,52	165 148,46	110 408,86

A Administração

Carlos Augusto de Noroelha Lopes
João de Deus dos Santos de S.

O Contabilista Certificado

[Assinatura]

Janio Maria de A. *José Filipe dos Santos Lucas*

4.2. Divulgações sobre propriedades de investimento

Em 31 de Dezembro de 2019 o detalhe da rubrica propriedades de investimento é como se segue:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	TOTAL
Valor Bruto no início do período	469 843,50	677 606,18	1 147 449,68
Depreciações Acumuladas	-	150 279,13	150 279,13
Saldo no início do período	469 843,50	527 327,05	997 170,55
Total de aumentos	-	137 693,55	137 693,55
Transferências de Prop. de Investimento p/AFT (Val AA)		137 693,55	137 693,55
Total diminuições	313 005,50	608 734,98	921 740,48
Depreciações do período		1 048,80	1 048,80
Transferências de Prop. de Investimento p/AFT (Val Aquis.)	313 005,50	607 686,18	920 691,68
Saldo no final do período	156 838,00	56 285,62	213 123,62
Valor Bruto no fim do período	156 838,00	69 920,00	226 758,00
Depreciações Acumuladas	-	13 634,38	13 634,38

Quadro comparativo (2018):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	TOTAL
Valor Bruto no início do período	473 623,50	677 606,17	1 151 229,67
Depreciações Acumuladas	-	135 214,17	135 214,17
Saldo no início do período	473 623,50	542 392,00	1 016 015,50
Total de aumentos	-	-	-
Total diminuições	3 780,00	15 064,95	18 844,95
Depreciações do período		15 064,95	15 064,95
Transferências de Prop. de Investimento p/AFT	3 780,00		3 780,00
Saldo no final do período	469 843,50	527 327,05	997 170,55
Valor Bruto no fim do período	469 843,50	677 606,18	1 147 449,68
Depreciações Acumuladas	-	150 279,13	150 279,13

A Administração

10

O Contabilista Certificado

Marcelo Augusto de Noroelha Lopes
Domingos Américo Santos

José Filipe dos Santos Lucas

[Assinatura]

A Fundação em 2019, tal como referido no ponto anterior, reclassificou de Propriedades de Investimento para Ativos Fixos Tangíveis (AFT) de terrenos e Edifícios utilizados no âmbito da actividade agrícola. Não houve aquisições nem alienações de Propriedades de Investimento em 2019.

Foram obtidas avaliações externas de peritos independentes para imóveis apresentados em propriedades de investimento, com base nos quais se verifica que os respectivos justos valores são superiores ou iguais às respectivas quantias escrituradas. Neste contexto é convicção da Administração que os valores escriturados na rubrica de propriedades de investimento são recuperáveis.

Para melhor compreensão das depreciações efectuadas elaborámos o quadro abaixo com a separação do valor dos Edifícios nas suas componentes Edifício e Terreno.

	Valor de Aquisição	Deprec Acumuladas a 31/12/2018	Transf de PI p/ AFT (Val.Aq.)	Transf de PI p/ AFT (Val. AA)	Depreciações 2019	Deprec Acumuladas a 31/12/2019	Valor Líquido a 31/12/2019
Propriedades de Investimento	1 147 449,68	150 279,13	920 691,68	137 693,95	1 048,80	13 634,38	213 423,62
Terrenos e recursos naturais	469 843,50	-	313 005,50	-	-	-	156 838,00
Edifícios e outras construções	677 606,18	150 279,13	607 686,18	137 693,95	1 048,80	13 634,38	56 285,62
Quota Parte relativa a Edifícios	448 507,50	107 641,78	396 067,50	95 056,20	1 048,80	13 634,38	38 805,62
Quota Parte relativa a Terrenos	149 502,50	-	132 022,50	-	-	-	17 480,00
Obras em Edifícios	79 596,18	42 637,35	79 596,18	42 637,35	-	-	-

A Administração

11

O Contabilista Certificado

Carlos Augusto de Noroelha Lopes
João Manuel dos Santos
José Filipe das Santos Lucas



5 - Ativos intangíveis

5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2019:

Descrição	Programas de computador	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS		
Valor bruto total no fim do período	2 348,00	2 348,00
Amortizações acumuladas totais no fim do período	2 348,00	2 348,00
VIDA ÚTIL INDEFINIDA		
Saldo no início do período		
Valor líquido no fim do período		
VIDA ÚTIL DEFINIDA		
Valor bruto no início	2 348,00	2 348,00
Amortizações acumuladas	2 348,00	2 348,00
Saldo no início do período		
Variações do período		
Total de aumentos		
Total diminuições		
Transferência por Desreconhecimento		
Saldo no final do período		

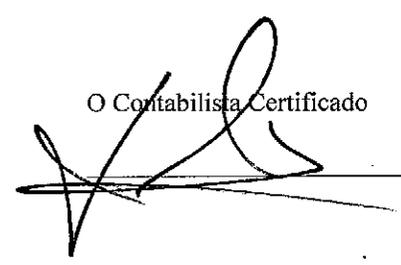
Em 31 de Dezembro de 2018:

Descrição	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS			
Valor bruto total no fim do período		2 348,00	2 348,00
Amortizações acumuladas totais no fim do período		2 348,00	2 348,00
VIDA ÚTIL INDEFINIDA			
Saldo no início do período			
Valor líquido no fim do período			
VIDA ÚTIL DEFINIDA			
Valor bruto no início	24 000,00	2 348,00	26 348,00
Amortizações acumuladas		2 348,00	2 348,00
Saldo no início do período	24 000,00		24 000,00
Variações do período			
Total de aumentos			
Total diminuições	24 000,00		24 000,00
Transferência por Desreconhecimento	24 000,00		24 000,00
Saldo no final do período	0,00		0,00

A Administração

O Contabilista Certificado

Carlos Augusto de Macielha Lopes
José Filipe dos Santos Lucas



6 – Gastos de empréstimos suportados

6.1. Gastos de Empréstimos Obtidos

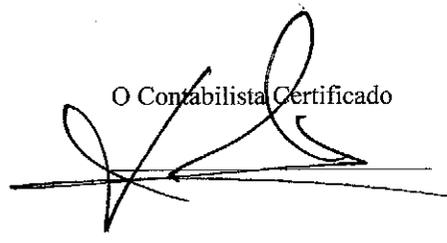
Descrição	2019	2018
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	7 382,75	10 253,46
Juros de financiamentos suportados	7 382,75	10 253,46

A Administração

13

O Contabilista Certificado

Carlos Augusto de Noronha Lopes
 Diretor Geral
 Fundação Maria Eduarda Vasques da Cunha de Eça



José Filipe dos Santos Lucas

7 - Inventários

Os Inventários a 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 dizem respeito a:

Inventários	31-12-2019	31-12-2018
Arroz	57 918,78	124 948,62
Milho	2 063,00	0,00
Trigo (Ativos Biológicos)	0,00	975,57
Madeira (Ativos Biológicos)	51 039,06	20 500,00
Outros Consumíveis	15 134,07	5 870,59
TOTAIS	126 154,91	152 294,78

7.1.

Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mat. Primas e Subsid. 2019	Total Período 2019	Mat. Primas e Subsid. 2018	Total Período 2018
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS				
Inventários iniciais	5 870,59	5 870,59	5 110,92	5 110,92
Compras	97 603,67	97 603,67	74 762,77	74 762,77
Reclassificação e regularização de inventários				
Inventários finais	15 134,07	15 134,07	5 870,59	5 870,59
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	88 340,19	88 340,19	74 003,10	74 003,10

A Administração

14

O Contabilista Certificado

Carlos Augusto de Noronha Lopes
João Manuel Baptista de S.
José Filipe dos Santos Lucas



7.2. **Apuramento da variação nos inventários de produção e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Arroz 2019	Milho 2019	Trigo 2019	Madeira 2019	Total Período 2019	Arroz 2018	Aveia 2018	Trigo 2018	Madeira 2018	Total Período 2018
APURAMENTO DA VARIACÃO DE PRODUÇÃO										
Inventários finais	57 948,78	2 063,00	0,00	51 039,06	111 020,84	124 948,62	0,00	975,57	20 500,00	146 424,19
Reclassificação e regularização de inventários										
Inventários iniciais	124 948,62	0,00	975,57	20 500,00	146 424,19	140 621,74	2 874,35		20 500,00	163 996,09
Variação nos inventários da produção	-67 029,84	2 063,00	-975,57	30 539,06	(35 403,35)	-16 673,12	-2 874,35	975,67	0,00	(17 571,90)
OUTRAS INFORMAÇÕES										

O arroz e o milho são ativos biológicos que à data de 31 de Dezembro de 2019 se encontrava pronto para venda e, portanto, à semelhança dos anos anteriores, estão ambos valorizados em inventário pelo respetivo justo valor.

Também a 31 de Dezembro encontravam-se em produção ativos biológicos relativos à produção de madeira. Em 2019 foi feito um levantamento por parte de uma empresa consultora na área da silvicultura, de toda a madeira existente nas diferentes propriedades da Fundação. Esta madeira foi valorizada à data de hoje tendo em conta o seu preço estimado de venda no ano de corte, deduzido dos gastos previsíveis com a venda.

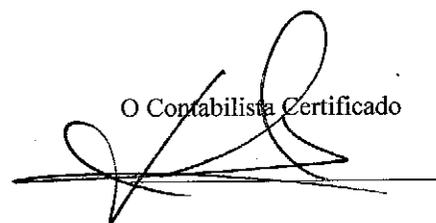
A produção de arroz diminuiu face aos valores históricos de anos anteriores devido às condições climatéricas adversas.

A Administração

15

O Contabilista Certificado

Carlos Augusto de Noronha Lopes
João Filipe dos Santos Lucas
José Filipe dos Santos Lucas



8 – Rédito e Outros Rendimentos**8.1. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:**

Descrição	2019	2018
Vendas de bens	211 560,59	208 678,41
Prestação de serviços	6 810,95	12 789,00
Total	218 371,54	221 467,41

8.1. Divulgação da quantia de cada rubrica de Outros Rendimentos reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	2019	2018
Descontos de Pronto Pagamento	370,50	51,56
Indemnização Seguradora (Ganhos Inventários)	-	18 152,06
Ganhos com Alienação de Act.Fixos Tangíveis	-	526,57
Excesso Estimativa IRC	0,01	16 344,62
Subsídios ao Investimento	9 811,07	8 866,31
Outros	1 435,83	1 318,60
Total	11 617,41	45 259,72

Na Rubrica Outros Rendimentos salientamos o Subsídio ao Investimento reconhecido (IFAP). Desta rubrica destacamos relativamente a 2018 o excesso de estimativa de IRC ao ano de 2017 no valor de 16.344,62 € e a indemnização recebida pela seguradora Crédito Agrícola, relativo ao seguro de Colheitas, no montante de 18.152,06 €, como compensação aos danos causados pela tempestade Leslie.

No âmbito das obras realizadas na Casa das Pestanas e na Quinta Nossa Sra da Guia a Fundação recorreu ao seu pessoal, essencialmente a um trabalhador, para execução das mesmas. O montante total relativo a estes Trabalhos para a Própria empresa totalizou 29.057,17 € (apuramento do custo da mão de obra em função das horas trabalhadas).

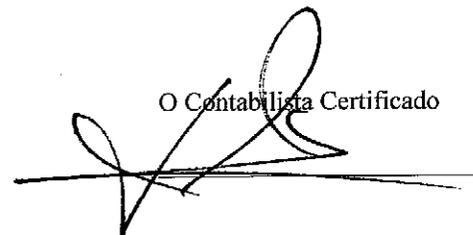
A Administração

16

O Contabilista Certificado

Carlos Augusto de Noroelha Lepe
Domínio Anunciado Junta de G.

António *Vasilikiu* *JP* *José Filipe dos Santos Lucas*



9 - Subsídios do Governo e outros apoios das entidades públicas**9.1. Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras**

Os subsídios do governo foram reconhecidos ao seu justo valor por existir uma garantia suficiente de que estes vão ser recebidos e de que a Fundação cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Em 2019 a Fundação reconheceu na rubrica Subsídios a quantia de 133.033,99 € relativos a subsídios atribuídos pelo IFAP; deste valor 130.623,72 € respeitam à campanha agrícola de 2019 (menos 2.634,51 € do que os reconhecidos em 2018). Ainda em 2019 foram reconhecidos 2.410,27 € relativos a acertos aos subsídios de 2018, por insuficiência de estimativa de 2018. Dos subsídios de 2019 estão por receber 6.166,41 € à data de 31 de Dezembro de 2019 sendo expectável que este valor venha a ser recebido em Junho de 2020.

Em Agosto de 2016 a Fundação celebrou com o IFAP um contrato de apoio ao Investimento. Do Investimento total a que se propôs realizar (159.912,50 €), foram concretizados entre 2016, 2017 e 2018 investimentos totais 154.203,00 €, dos quais 136.380,00 € são elegíveis no âmbito do contrato celebrado; o incentivo concedido para este investimento pelo IFAP foi de 58.890,00 €. A quota parte de subsídio ao Investimento considerada em 2019 foi de 9.811,07 € (incluído na rubrica Outros rendimentos). A contabilização deste apoio foi efetuada de acordo com o descrito no ponto referente às bases de mensuração usadas nas demonstrações financeiras.

A Administração

Carlos Augusto da Noroelha Lopes
João António Amargal Fernandes
António Luís António

17

O Contabilista Certificado

José Filipe dos Santos Lucas

10 - Impostos sobre o rendimento do período

10.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	2019	2018
Resultado antes de impostos do período	(83 395,37)	5 302,59
Imposto corrente	-	-
Imposto diferido	-	-
Imposto sobre o rendimento do período	-	-
Tributações Autónomas	-	-

No seguimento de um Pedido de Informação Vinculativa enviado à Autoridade Tributária confirmou-se a isenção de IRC nas actividades desenvolvidas pela Fundação no âmbito dos seus fins estatutários.

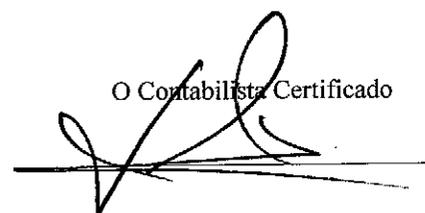
A Administração

Carlos Augusto de Noroelha Lopes

João da Fonseca dos Santos de L.

Artur António José Filipe dos Santos Lucas

O Contabilista Certificado



11 – Gastos com o Pessoal

O número médio de pessoas ao serviço da Fundação foi de 6 para o ano de 2019 (cinco homens e uma mulher), tal como em 2018.

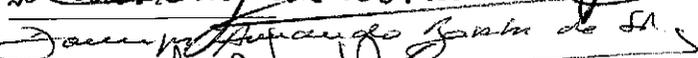
11.1. Encargos da entidade com o Pessoal

Descrição	2019	2018
Gastos com o pessoal	103 122,70	93 527,81
Remunerações do pessoal	84 054,97	75 895,27
Encargos sobre as remunerações	16 856,51	15 663,95
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1 749,40	1 380,36
Outros gastos com o pessoal	461,82	588,23

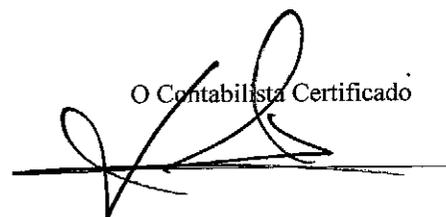
A Administração



19




O Contabilista Certificado



12 - Divulgações exigidas por diplomas legais**12.1. Outras divulgações exigidas por diplomas legais**

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Outras informações

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os membros dos órgãos sociais. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos.

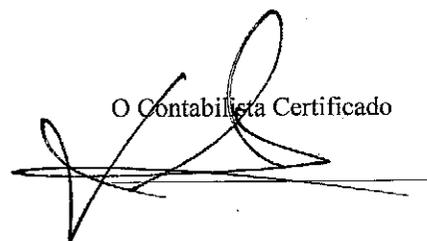
A Administração

20

O Contabilista Certificado

Carlos Augusto de Noronha Lopes

Carla Maria Filipe Ant José Filipe das Santos Luvas



13 - Fornecimentos e Serviços Externos

13.1. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	20 464,54	24 644,28
Serviços especializados	88 038,57	76 005,14
Trabalhos especializados	52 623,36	49 617,75
Publicidade e propaganda		26,00
Vigilância e segurança	8 035,50	8 060,37
Honorários	683,53	2 242,60
Conservação e reparação	26 222,43	15 254,47
Outros	473,75	803,95
Materiais	2 338,14	2 853,70
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 525,89	1 067,57
Livros e documentação técnica		6,56
Material de escritório	728,37	1 691,48
Artigos para oferta	83,88	88,09
Energia e fluidos	40 909,26	33 724,89
Eletricidade	9 357,15	6 865,32
Combustíveis	30 502,57	26 229,93
Água	604,44	629,64
Outros	445,10	
Deslocações, estadas e transportes	721,49	2 083,21
Deslocações e estadas	721,49	2 083,21
Serviços diversos	7 873,70	9 067,46
Rendas e alugueres	257,06	
Comunicação	2 292,22	2 497,93
Seguros	2 892,77	2 881,38
Contencioso e notariado	1 760,82	3 094,03
Despesas de representação	647,95	531,90
Limpeza, higiene e conforto	22,88	62,22
Total	160 345,70	148 378,68

A Administração

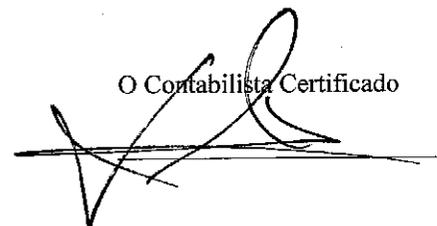
21

O Contabilista Certificado

Carlos Augusto de Noronha Lopes

João da Fonseca dos Santos Lúcio

José Filipe dos Santos Lucas



14 – Investimentos Financeiros**14.1. Identificar se existem participações entre entidades**

Ano 2019:

Denominação Entidade Participada	NIF	Método Valorização	V.Nominal	Quota Parte no Res.Liq 2019	Valor Actual da Participação	% Participação	Direito Voto
CUNHA & EÇA, LDA	507188683	Eq.Patrimonial	2.500,00	(1 123,57)	90.186,76	50,00%	50,00%

Por aplicação do método de equivalência patrimonial à participação financeira detida na sociedade CUNHA & EÇA foi reconhecido um gasto de 1.123,57 €, incluído na rubrica Outros Gastos. Ainda relativamente a esta participação foi reconhecido em variação de capitais próprios a quota-parte da Fundação na venda de madeira ocorrida em 2019 (2.000,00 €) uma vez que esta já deveria ter sido reconhecida como variação de inventários em anos anteriores.

Quadro Comparativo (Ano 2018):

Denominação Entidade Participada	NIF	Método Valorização	V.Nominal	Quota Parte no Res.Liq 2018	Valor Actual da Participação	% Participação	Direito Voto
CUNHA & EÇA, LDA	507188683	Eq.Patrimonial	2.500,00	(696,40)	89.310,33	50,00%	50,00%

14.2. Transações entre partes relacionadas**14.2.1. Natureza do relacionamento com as partes relacionadas**

O relacionamento atual com a participada CUNHA & EÇA, Lda assume essencialmente a vertente de financiamento e o apoio à gestão.

14.2.2. Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2019:

Descrição	Entid. com ctri conj/IS
SALDOS PENDENTES	
Clientes	167.653,50
Conta de outros devedores e credores	123.344,80
VALOR DAS TRANSAÇÕES	

A Administração

22

O Contabilista Certificado

Carlos Augusto de Noronha Lopes
Doutor em Ciências da Contabilidade

José Filipe dos Santos Lucas



Quadro comparativo (Ano 2018):

Descrição	Entid. com ctrl conj/IS
SALDOS PENDENTES	
Cientes	167.653,50
Conta de outros devedores e credores	122.447,22
VALOR DAS TRANSAÇÕES	

14.3 . Outras informações sobre participações

Relembramos que por motivo do falecimento do outro sócio da participada CUNHA & EÇA Lda foi nomeada a nova gerência no início de 2019, sendo o gerente representante da Fundação o Dr Domingos Armando Domingues da Silva.

15 – Outros Gastos

A repartição dos Outros Gastos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

A Administração

23

O Contabilista Certificado

Carlos Augusto de Noronha Lopes
Domingos Armando Domingues da Silva
José Filipe dos Santos Lucas

[Assinatura]

Outros Gastos	2019	2018
Impostos	4 620,58	4 372,43
Aplicação do MEP	1 123,57	696,40
Correcções de Exercícios Anteriores	227,12	507,40
Gastos com Legado cf Testamento	5 922,92	5 893,49
Outros gastos	1 926,45	2 237,34
Total	13 820,64	13 707,06

16 – Estado e outros entes públicos

Relativamente à rubrica Estado salientamos que em 2019 foi solicitado e recebido um reembolso de IVA que totalizou 33.076,54 €.

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, os saldos relativos a Estado e outros entes públicos decompõem-se como segue:

	2019		2018	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	-	-	42,27	-
Impostos s/ rendimento - IRS	-	564,28	-	1 093,75
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	1 318,34	-	19 382,47	-
Contribuições p/ segurança social	-	1 540,47	-	2 269,63
Outros impostos	-	26,40	-	24,40
	1 318,34	2 131,15	19 424,74	3 387,78

A decomposição da rubrica - Imposto s/ rendimento – IRC é como se segue:

IRC	2019	2018
Estimativa de Imposto	-	-
Retenções na Fonte	-	42,27
IRC a receber	-	42,27

A Administração

24

O Contabilista Certificado

Carlos Augusto de Noronha Lopes
João Filipe dos Santos Lucas
 José Filipe dos Santos Lucas

[Handwritten Signature]

17 – Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, os saldos relativos a créditos a receber decompõem-se como segue:

Outros Créditos a Receber (Corrente)	2019	2018
Outros Devedores	129 511,21	127 734,32
Fornecedores		
Clientes	353 146,82	297 893,50
Outros Créditos a receber	482 658,03	425 627,82

Os principais valores apresentados em Outros devedores em 31 de Dezembro de 2019 dizem respeito ao valor a receber de Cunha & Eça Lda conforme divulgado na nota 14 (123.344,80 €) e ao valor a receber em 2019 do IFAP relativo à campanha agrícola de 2019 (6.166,41 €). Comparativamente em 2018 os principais valores apresentados em Outros devedores eram: Cunha & Eça Lda (122.447,22 €) e o IFAP (5.037,10 € - campanha agrícola).

No que respeita ao saldo de clientes destacamos o saldo da Cunha & Eça Lda conforme divulgado na nota 14 (167.653,50 €) e o valor devido pelo cliente Cooperativa Agrícola de Montemor o Velho (185.334,32 €) já recebido no início de 2020.

A repartição dos clientes nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

A Administração

25

O Contabilista Certificado

Maria Eduarda Vasques da Cunha de Eça
João Filipe dos Santos Lucas
José Filipe dos Santos Lucas

Cientes	2019	2018
Cientes c/c gerais	185 493,32	130 240,00
Cientes c/c Subsidiárias	167 653,50	167 653,50
Cientes de cobrança Duvidosa		
Cientes - Total	353 146,82	297 893,50

A 31 de Dezembro de 2019 a rubrica de adiantamentos totalizava 127.850,94 € (dos quais 113.700,00 € relativos ao cliente Cooperativa Agrícola de Montemor); em 2018 este valor era de 119.000,00 € (ver nota 22).

18 – Caixa e Depósitos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2019, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa é como segue:

Descrição	Saldo inicial	Saldo Final
Caixa	78,37	66,26
Depósitos à ordem	184 488,51	90 662,91
Outros depósitos bancários	-	-
Total	184 566,88	90 729,17

Ano 2018:

Descrição	Saldo inicial	Saldo Final
Caixa	483,01	78,37
Depósitos à ordem	291 863,70	184 488,51
Outros depósitos bancários	-	-
Total	292 346,71	184 566,88

A Administração

26

O Contabilista Certificado

Carlos Augusto de Noroelma Lopes
João Filipe dos Santos Lucas

[Assinatura]

19 – Fundos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2019 as variações ocorridas na rubrica Outras Variações nos Fundos Patrimoniais respeitam aos seguintes ajustes líquidos:

- 1 - Resultados Transitados – Aplicação do Resultado obtino no ano anterior de 5.302,59 €.
- 2 – Subsídios ao Investimento (IFAP) – diminuição no valor de 9.811,07 € relativos aos subsídios reconhecidos no ano
- 3 – Reconhecimento em Ajustes da Participada Cunha & Eça da quota-parte da Fundação na venda da madeira realizada em 2019 no montante de 2000 euros.

O detalhe dos Fundos Patrimoniais é como segue (ver detalhe dos movimentos ocorridos nos anos de 2019 e 2018 na Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais):

Fundos Patrimoniais 2019	Saldo Inicial 2019	Saldo Final 2019
Fundos	8 186 835,25	8 186 835,25
Resultados Transitados	(331 699,30)	(326 396,71)
Ajustamentos/Out Var nos Fundos Patrimoniais	437 518,50	429 707,43
Total	8 292 654,45	8 290 145,97
Fundos Patrimoniais 2018	Saldo Inicial 2018	Saldo Final 2018
Fundos	8 186 835,25	8 186 835,25
Resultados Transitados	(424 713,14)	(331 699,30)
Ajustamentos/Out Var nos Fundos Patrimoniais	445 230,58	437 518,50
Total	8 207 352,69	8 292 654,45

20 – Fornecedores

A repartição dos Fornecedores nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Fornecedores	2019	2018
Fornecedores c/c gerais	12 184,26	7 220,72
Fornecedores c/c subsidiárias		
Total	12 184,26	7 220,72

A Administração

27

O Contabilista Certificado

Margarida Augusta de Norocelha Lopes

João Filipe Vasques da Cunha
José Filipe das Santos Lucas

[Handwritten signature]

Os valores em dívida estão diretamente relacionados com as actividades secundárias desenvolvidas pela Fundação.

21 – Financiamentos Obtidos

A repartição dos Financiamentos Obtidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Financiamentos Obtidos	2019	2018
Empréstimos Bancários -Out Emp Correntes	229 720,00	180 000,00
Empréstimos Bancários -- Financiamento BPI	77 442,57	96 805,62
Empréstimos Bancários -- Financiamento BNP Paribas	12 857,08	16 714,24
Total	320 019,65	293 519,86

Os financiamentos obtidos foram efetuados com o objetivo de financiarem a atividade agrícola corrente e possibilitarem a concretização dos investimentos realizados. Assim temos três empréstimos de campanha, um vencido e pago em Janeiro 2020 no valor de 32.460,00 €, o segundo que vence a 9/3/2020 no valor de 50.000,00 € e por último a 30/4/2020 vence o empréstimo no valor de 147.260,00 €. A 31/12/2019 o financiamento a médio e longo prazo, no total de 100.000,00 € efectuado em 2018 representava 77.442,57 € do passivo bancário.

Mantém-se o financiamento BNP Paribas (contrato de financiamento -prazo de locação a 84 meses) o qual totaliza a 31/12/2019 o montante de 12.857,08 (não corrente:8.999,92 €; corrente: 3.857,16 €); sobre este financiamento não incidem juros.

Quanto aos restantes financiamentos, os mesmos vencem juros calculados à taxa Euribor a 6 meses de acordo com as condições normais de mercado.

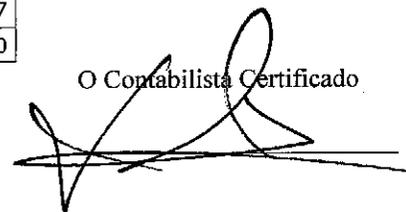
Plano de Pagamentos	
até 1 Ano	253 281,78
Entre 1 ano e 2	23 909,40
Entre 2 anos e 5	42 828,47
Mais de 5 anos	0,00

A Administração

28

O Contabilista Certificado

Carlos Augusto de Noroelha Lopes
João Paulo Henriques
José Filipe dos Santos Lucas



Total	320 019,65
--------------	-------------------

22 – Outros passivos correntes

A repartição dos outros passivos correntes nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Outros passivos correntes	2019	2018
Fornecedores de Investimentos		12 431,58
Adiantamentos de clientes	127 850,94	119 000,00
Remunerações a Pagar		
Credores Diversos		
Outras Contas a Pagar	104,97	
Outros Credores por Acréscimo gastos	19 084,85	13 913,97
Total	147 040,76	145 345,55

Os adiantamentos recebidos de clientes têm a natureza de adiantamentos por conta de vendas ocorridas no ano subsequente

23 – Resultado Líquido

O Resultado Líquido nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Resultado Líquido	2019	2018
Total dos Rendimentos	392 080,11	425 259,69
Total dos Gastos	(475 475,48)	(419 957,10)
Resultado Líquido	(83 395,37)	5 302,59

24 – Outras divulgações

1 -Eventos Subsequentes

Após o termo do exercício, no início de 2020, foi declarada uma pandemia mundial com origem no vírus Covid 19. Este vírus, teve a sua origem na China mas rapidamente alastrou pelo mundo inteiro. Em Março a Europa é o continente mais afetado por este vírus que já vitimou milhares de pessoas em todo o mundo. Ainda no mês de Março de 2020 foi declarado o estado de emergência em Portugal, o que levou ao encerramento de escolas, serviços e empresas. No caso em concreto da Fundação, pela suas especificidades, tem sido possível desenvolver a sua actividade normalmente, não se prevendo à data da apresentação das contas, consequências directas nos resultados de 2019 nem na actividade dos seus principais clientes.

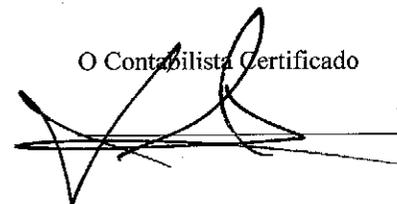
O decretar do estado de emergência no País a 18 de Março de 2020, por via dos efeitos provocados pela pandemia decretada a nível mundial do COVID-19, pode deixar antever algumas dificuldades no exercício de 2020, como seja o incremento dos preços dos fatores de produção, nomeadamente das matérias-primas e subsidiárias, ou a dificuldade de acesso a algumas das matérias utilizadas no dia-a-dia das atividades agrícolas e silvícolas.

A Administração

29

O Contabilista Certificado

Carlos Augusto de Noroelha Lopes
José Filipe dos Santos Lucas



“O Presidente da República decreta, nos termos dos artigos 19.º, 134.º, alínea d), e 138.º da Constituição e da Lei n.º 44/86, de 30 de setembro, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei Orgânica n.º 1/2012, de 11 de maio, ouvido o Governo (...) o estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública”

À data da produção do presente relatório, considerando que as atividades desenvolvidas pela Fundação não se encontram, condicionadas ou limitadas, nem existem de momento constrangimentos nas cadeias de fornecimento das matérias-primas ou subsidiárias, não se esperam atrasos substanciais nos trabalhos preparatórios para as sementeiras de 2020.

Consideramos que a Fundação apresenta meios financeiros líquidos para assegurar a continuidade nos próximos 12 meses.

2 – Proposta de Aplicação do Resultado

A Fundação no período económico findo em 31 de dezembro de 2019 realizou um resultado líquido negativo de 83.395,37 €, propondo-se que seja levado a Resultados Transitados.

3 – Ativos e Passivos Contingentes

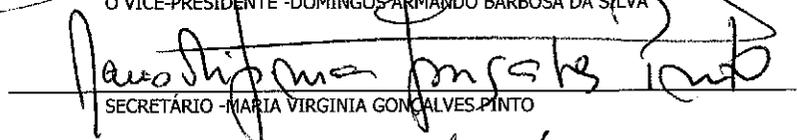
A Fundação deu como garantia ao financiamento do BPI o seu Imóvel Casa das Pestanas de acordo com o indicado na Nota 4 deste Anexo.

Lisboa, 17 de Abril de 2020

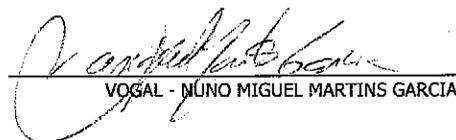
O Conselho de Administração


O PRESIDENTE - CARLOS AUGUSTO DE NORONHA LOPES


O VICE-PRESIDENTE - DOMINGOS ARMANDO BARBOSA DA SILVA


SECRETÁRIO - MARIA VIRGINIA GONÇALVES PINTO


TESOUREIRO - JOSÉ FILIPE DOS SANTOS LUCAS


VOGAL - NUNO MIGUEL MARTINS GARCIA

